política

STF deve analisar início do fim da 6x1 em plenário

Fux pede destaque e leva decisão de Dino a julgamento presencial

/ LEGISLAÇÃO

LUIZ SILVEIRA/STF/JC



Ministro Luiz Fux, do STF, interrompeu o julgamento virtual do caso

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), pediu destaque e interrompeu o julgamento virtual da decisão de Flávio Dino que manteve o início da transição para o fim da escala de trabalho 6x1 em 16 de dezembro.

Com isso, a análise da liminar, que também flexibilizou regras sobre as folgas dos trabalhadores, será levada ao plenário físico da Corte.

O pedido de destaque consta na página de acompanhamento do processo no STF. O registro também mostra que os ministros Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes acompanharam o voto do relator, Flávio Dino. O presidente da Corte, Edson Fachin, deverá marcar a data do julgamento.

A liminar foi concedida no âmbito de duas ações movidas pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). As entidades questionam a emenda constitucional promulgada pelo Congresso Nacional e pedem mais tempo para implementar as mudanças na jornada de trabalho.

Apesar de manter o calendário da transição, Dino modificou a aplicação de pontos da emenda, atendendo a reivindicações de setores empresariais. A principal mudança foi a retirada das restrições temporais semanais e mensais previstas para a concessão de folgas aos trabalhadores.

Na decisão, o ministro citou a necessidade de conciliar a mudança constitucional com a segurança jurídica, uma das preocupações apresentadas pelas entidades. A liminar ainda precisa ser validada pelo plenário do Supremo.

Zucco entregará projeto de estrutura administrativa

/ TRANSIÇÃO NO PIRATINI

O governador eleito do Rio Grande do Sul, Luciano Zucco (PL), deve encaminhar à Assembleia Legislativa até a próxima quinta-feira o projeto que estabelece a estrutura administrativa para a gestão 2027-2030. A proposta está em elaboração por Zucco e sua equipe, com coordenação do futuro secretário-chefe da Casa Civil, Leandro Sonne. Ainda na próxima semana novos nomes do secretariado devem ser anunciados.

O projeto da próxima gestão prevê, no máximo, 20 secretarias, seguindo as promessas de enxugamento da máquina pública, com a diminuição do número de pastas. O governo atual de Eduardo Leite tem 28 secretarias.

Na última quinta-feira, Zucco e a vice-governadora eleita, Silvana Covatti (PP), reuniram os secretários já anunciados para uma reunião de alinhamento sobre a transição. O encontro aconteceu na Casa do Diálogo, no Instituto Caldeira, em Porto Alegre, com a participação de integrantes da futura equipe.

Na reunião, foram definidos prazos para que os futuros gestores apresentem diagnósticos e propostas para suas respectivas áreas. A intenção é que, no próximo encontro do secretariado, já seja possível identificar quais programas da atual administração deverão ser mantidos, além das ações prioritárias para o início da nova gestão.

Na próxima semana, a partir de quarta-feira (18), Zucco deve anunciar novos integrantes do governo. A expectativa é concluir a definição da equipe até a última semana de novembro. Na sequência, a previsão do futuro governo é realizar, ainda na primeira quinzena de dezembro, uma imersão com todos os futuros secretários. A atividade deverá aprofundar o planejamento das pastas e alinhar as prioridades da administração antes do início do mandato, em janeiro de 2027.

Até o momento, Zucco confirmou nove nomes para integrar o secretariado da futura administração. Os primeiros cinco foram apresentados em 27 de outubro: Leandro Sonne, para a Casa Civil; Paulo Herrmann, para Agricultura e Desenvolvimento Rural; Roni Miranda Vieira, para Educação; Liliana Cardoso, para Cultura; e o general da reserva Mauro Sinott Lopes, para Segurança Pública. O coronel Mário Ikeda, atual secretário da pasta da segurança, foi indicado para permanecer como secretário-adjunto.

Dois dias depois, foram anunciados outros quatro nomes: o deputado estadual Capitão Martim (Republicanos), para Proteção e Defesa Civil; o general Rogério Siqueira, para Obras, Logística e Infraestrutura; Rafael Orozco, para a Procuradoria-Geral do Estado (PGE); e o senador Luiz Carlos Heinze (PP), para a área de Gestão de Projetos Estratégicos. Além dos titulares das pastas, Zucco anunciou o deputado estadual Guilherme Pasin (PP) como futuro líder do governo na Assembleia Legislativa.

PGR reforça pedido de crédito extra para pagar penduricalhos

/ PODER JUDICIÁRIO

A Procuradoria-Geral da República (PGR) reforçou ao Supremo Tribunal Federal (STF) a demanda para que o governo abra um crédito extraordinário para bancar verbas extras de integrantes do Ministério Público ainda neste ano.

A PGR tinha pedido à Advocacia-Geral da União (AGU) que acionasse o Supremo com objetivo de conseguir R$ 324 milhões em pagamentos para os integrantes do Ministério Público, valor que também inclui pagamentos relativos à indenização de férias não usufruídas.

Inicialmente, o Conselho da Justiça Federal (CJF) também havia pedido a abertura de um crédito extraordinário de R$ 208,9 milhões para bancar verbas extras a magistrados, mas desistiu da solicitação.

O caso foi distribuído no STF ao ministro Alexandre de Moraes. Em manifestação assinada nesta sexta-feira (13), o procurador-geral da República, Paulo Gonet, disse que "concorda com o pedido da Advocacia-Geral da União e endossa seus fundamentos".

O gasto, se autorizado, ficará fora do limite de despesas do arcabouço fiscal e contribuirá para o aumento da dívida pública.

Em ofícios enviados à AGU no último dia 3, os órgãos do Judiciário e do Ministério Público alegaram não ter recursos suficientes para arcar com os pagamentos e cumprir a decisão judicial.

A menos de dois meses do fim do ano, o pedido foi feito para que o Executivo libere o dinheiro por meio de crédito extraordinário, instrumento que a Constituição Federal reserva a despesas urgentes e imprevisíveis, como aquelas decorrentes de calamidade, guerra ou comoção interna.

A solicitação foi realizada a despeito de a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026 dar prazo até 29 de novembro para o envio de pedidos ao Congresso para remanejar recursos com o objetivo de atender a obrigações legais, como é o caso em questão.

Em vez de cortar de outras áreas, portanto, o Ministério Público e o Judiciário buscaram repassar a responsabilidade para o Executivo, mediante um pedido de espaço extra.

No dia 10 de novembro, o ministro Luis Felipe Salomão, presidente do CJF, desistiu do pedido para a abertura de um crédito extraordinário e disse que o orçamento foi revisto e será possível pagar as contas sem suplementação orçamentária.

Nas Filipinas, Lula exalta aproximação com Ásia

/ RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O presidente reeleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) cancelou os dois discursos que faria neste sábado em Manila, nas Filipinas, por estar afônico. Lula está na capital do país para a 49ª Reunião de Cúpula da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean) e outras agendas bilaterais. A visita é a primeira de um chefe de Estado brasileiro nas Filipinas, no ano em que as nações comemoram 80 anos de relações diplomáticas.

Na declaração distribuída à imprensa depois da reunião com o presidente das Filipinas, Ferdinand Marcos Júnior, Lula destacou a aproximação do Brasil com a Ásia. O presidente ressaltou que, nos últimos 20 anos, o intercâmbio comercial Brasil-Filipinas quase quadruplicou. "Hoje nosso fluxo já atinge quase US$ 3 bilhões". O Brasil fornece aos filipinos carne bovina, suína e de frango, além de milho. "Nossas economias complementares guardam ainda muitas oportunidades para ampliar e diversificar esse fluxo. Queremos agregar valor à nossa pauta exportadora e comprar mais produtos fabricados aqui", anunciou.

Neste sábado, houve um fórum entre cerca de 200 empresários dos dois países. "Nesta visita, pude vivenciar na prática o 'Brazilipines', sentimento de união que aproxima nossos povos", finalizou Lula ao ressaltar que, no plano internacional, os dois países do chamado Sul Global estão unidos em torno de iniciativas como a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, lançada na presidência brasileira do G20, da qual as Filipinas são membros fundadores.

"Nossos países têm se destacado ainda no debate global sobre proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital", prosseguiu. Ainda em matéria digital, disse que o Brasil e as Filipinas coincidem "na importância de uma governança robusta, ética e responsável para a Inteligência Artificial".